



DIÁRIO OFICIAL DIVERSOS

República Federativa do Brasil - Estado da Bahia

SALVADOR, SEXTA-FEIRA, 26 DE ABRIL DE 2019 - ANO CIII - Nº 22.647

EXEMPLAR DE ASSINANTE - VENDA PROIBIDA

INSTITUTO FERNANDO FILGUEIRAS - IFF

CNPJ 07.133.125/0001-39

RELATÓRIO DA DIRETORIA

A Diretoria do Instituto Fernando Filgueiras - IFF, CNPJ nº 07.133.125/0001-39, apresenta suas demonstrações contábeis, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, em cumprimento ao que determina o seu estatuto e legislação pertinente. Lauro de Freitas, BA, 10 de abril de 2019.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017 - Em Reais (1,00)					
	Notas	2018	2017	Notas	2018
ATIVO CIRCULANTE					
Caixa e bancos	3	13.976	481.885		
Aplicações financeiras	4	589.677	3.033.823		
Contas a receber	5	42.502.702	42.922.763		
Adiantamentos Diversos		356.630	244.820		
Outros Créditos	6	2.108.190	2.108.190		
Tributos a Recuperar	7	5.826.176	3.307.696		
Estoques	8	1.924.806	2.340.837		
Total do Ativo Circulante		53.322.157	54.440.014		
NÃO CIRCULANTE					
Depósitos judiciais		96.081	14.390		
Imobilizado	9	363.402	439.819		
Intangível	10	9.689	18.218		
Total do Não Circulante		469.172	472.427		
Total		53.791.329	54.912.441		
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.					
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017 - Em Reais (1,00)					
	2018	2017		2018	2017
ATIVO CIRCULANTE			PASSIVO E PATRIMÔNIO SOCIAL CIRCULANTE		
Fornecedores	11	9.425.901	11.668.677		
Contas a pagar	12	12.247.561	12.744.914		
Salários e encargos sociais	13	14.539.897	18.193.414		
Impostos e contribuições a recolher	14	4.090.870	5.201.139		
Parcelamentos de Impostos	15	1.239.135	457.479		
Total do Passivo Circulante		41.543.364	48.265.623		
NÃO CIRCULANTE			PATRIMÔNIO SOCIAL		
Parcelamentos de Impostos	15	11.940.653	5.963.898		
Fundo social	16	9.000	9.000		
Superavit acumulado		298.312	673.920		
Total do Patrimônio Social		307.312	682.920		
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO SOCIAL		53.791.329	54.912.441		
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.					
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017 - Em Reais (1,00)					
	2018	2017		2018	2017
Fluxo de caixa das ativ. operacionais			Fluxo de caixa das ativ. operacionais		
Superavit (Deficit) do exercício	(375.608)	(3.085.592)	Superavit (Deficit) do exercício	(375.608)	(3.085.592)
Ajustes para reconciliar o lucro (prejuízo)			Ajustes para reconciliar o lucro (prejuízo)		
Depreciação e amortização	84.946	98.779	Depreciação e amortização	84.946	98.779
Ajustes de exercícios anteriores	(290.662)	(3.018.845)	Ajustes de exercícios anteriores	(290.662)	(3.018.845)
Redução (aumento) dos ativos operacionais			Redução (aumento) dos ativos operacionais		
Contas a receber	420.061	(18.691.114)	Contas a receber	420.061	(18.691.114)
Adiantamentos Diversos	(111.810)	(199.350)	Adiantamentos Diversos	(111.810)	(199.350)
Outros Créditos	-	354.126	Outros Créditos	-	354.126
Tributos a Recuperar	(2.518.480)	(2.969.681)	Tributos a Recuperar	(2.518.480)	(2.969.681)
Estoques	416.031	(1.453.713)	Estoques	416.031	(1.453.713)
Despesas antecipadas	-	16.549	Despesas antecipadas	-	16.549
Depósitos judiciais	(81.691)	(14.390)	Depósitos judiciais	(81.691)	(14.390)
Aumento (redução) dos passivos operacionais			Aumento (redução) dos passivos operacionais		
Fornecedores	(2.242.776)	6.616.483	Fornecedores	(2.242.776)	6.616.483
Contas a pagar	(497.353)	6.517.528	Contas a pagar	(497.353)	6.517.528
Impostos e contribuições a recolher	(1.110.269)	2.304.998	Impostos e contribuições a recolher	(1.110.269)	2.304.998
Salários e encargos sociais	(3.653.517)	10.351.030	Salários e encargos sociais	(3.653.517)	10.351.030
Parcelamentos de Impostos	(745.504)	27.551.768	Parcelamentos de Impostos	(745.504)	27.551.768
Caixa liq. gerado das ativ. operacionais	(2.621.393)	4.594.195	Caixa liq. gerado das ativ. operacionais	(2.621.393)	4.594.195
Das atividades de financiamento			Das atividades de financiamento		
Emprestimos	-	(8.980)	Emprestimos	-	(8.980)
Caixa líquido gerado das atividades de financiamento			Caixa líquido gerado das atividades de financiamento		
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO PERÍODO	3.515.708	1.949.338	AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO PERÍODO	603.653	3.515.708
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO NO CAIXA E EQUIV. DE CAIXA	(2.912.055)	1.566.370	AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO NO CAIXA E EQUIV. DE CAIXA	(2.912.055)	1.566.370
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.					
impostos e contribuições a recolher esta demonstrada a seguir:					
	2018	2017		2018	2017
PIS a recolher	359.908	491.269	PIS a recolher	359.908	491.269
COFINS a recolher	1.793.371	2.267.395	COFINS a recolher	1.793.371	2.267.395
ISS a recolher	565.862	758.244	ISS a recolher	565.862	758.244
	2.719.141	3.515.908		2.719.141	3.515.908
IRRF a recolher	332.850	497.489	IRRF a recolher	332.850	497.489
Retenção 4,65% a recolher	331.498	555.811	Retenção 4,65% a recolher	331.498	555.811
INSS retido na fonte a recolher	30.352	53.892	INSS retido na fonte a recolher	30.352	53.892
ISS retido na fonte a recolher	677.029	577.039	ISS retido na fonte a recolher	677.029	577.039
	1.371.729	1.684.231		1.371.729	1.684.231
	4.090.870	5.201.139		4.090.870	5.201.139
15. Parcelamentos de tributos					
Os parcelamentos tributários estão assim representados:					
	2018	2017		2018	2017
Tributos federais retidos da fonte	279.218	517.488	Tributos federais retidos da fonte	279.218	517.488
COFINS - 60 meses	537.749	-	COFINS - 60 meses	537.749	-
PIS - 60 meses	116.513	-	PIS - 60 meses	116.513	-
FGTS	-	388.395	FGTS	-	388.395
INSS - 60 meses	7.632.958	443.181	INSS - 60 meses	7.632.958	443.181
PERT - tributos federais	4.251.706	4.646.525	PERT - tributos federais	4.251.706	4.646.525
PERT - previdenciários	361.644	425.788	PERT - previdenciários	361.644	425.788
	13.179.788	6.421.377		13.179.788	6.421.377
	1.239.135	457.479		1.239.135	457.479
	11.940.653	5.963.898		11.940.653	5.963.898
Circulante					
Não Circulante					
A sociedade aderiu ao PERT - Programa Especial de Regularização Tributária, em 13 de julho de 2017, incluindo as dívidas inscritas de tributos federais (PIS, COFINS, IRPJ e CSSL) e as dívidas previdenciárias, passíveis de inclusão no programa. Até o momento, a Receita Federal do Brasil não consolidou as dívidas inscritas no PERT. Durante o exercício de 2018, a sociedade constituiu novos parcelamentos tributários (COFINS e PIS) e de dívidas previdenciárias. 16. Patrimônio Social - O fundo social, autorizado e subscrito em 31 de dezembro de 2018, é de R\$ 9.000,00 (em 31 de dezembro de 2017, R\$ 9.000,00).					
PARECER DO CONSELHO FISCAL					
Os membros do Conselho Fiscal do Instituto Fernando Filgueiras - IFF, CNPJ 07.133.125/0001-39, no uso de suas atribuições e em cumprimento ao que determina a lei e seu estatuto social, analisando o balanço patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2018, concluíram pela sua aprovação. Lauro de Freitas, 10 de abril de 2019.					
CONSELHO FISCAL					
Arnaldo Murilo Nogueira Leite					
Durval Freire de Carvalho Olivieri					
Alberto Luiz Tavares de Souza					
DIRETORIA					
Marco Antonio Mariani Andrade - Presidente					
José Antonio Andrade - Diretor Administrativo Financeiro					
Laudelino de Sousa Filho - Diretor Médico					
CONTADOR: Gilson da Silva Lustosa - CRC/BA 030829/O-1					

PAES MENDONÇA S/A

CNPJ 15.132.731/0001-68

NIRE 29.3.0000009.4

AVISO AOS ACIONISTAS

Avismos aos Senhores Acionistas que se encontram à disposição, na sede de Paes Mendonça S/A., na Praça Conde dos Arcos, 01, Comércio - Salvador - Bahia, os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Salvador, 26/04/2019. Marcelo Jose Costa Carneiro - Diretor Executivo

BRACELL BAHIA SPECIALTY CELLULOSE S.A.

CNPJ/MF: 69.037.133/0001-39

NIRE: 29.300.018.791

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Ficam convidados os senhores acionistas da BRACELL BAHIA SPECIALTY CELLULOSE S.A. a comparecer à Assembleia Geral Ordinária que se realizará na Rua Alfa nº 1033 - Área Industrial Norte - COPEC, na Cidade de Camaçari, Estado da Bahia, CEP: 42.816-100, no dia 06 de maio de 2019, às 10:00 horas, com a finalidade de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: I) Tomar as contas dos administradores e examinar, discutir e votar o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras, e o Parecer dos Auditores Independentes relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018; II) Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício findo em 2018; III) Outros assuntos de interesse da Companhia; e IV) O que mais ocorrer. Camaçari, 26 de maio de 2019. PER OLOF LINDBLOM - Presidente do Conselho de Administração



FORMITEX DA BAHIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A

CNPJ: 10.904.646/0001-57

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31/12/2018 E 2017 (EM MILHARES DE R\$)

Relatório da Administração: Senhores acionistas, A Administração da Formitex da Bahia Indústria e Comércio S/A, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete a apreciação dos acionistas o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Parecer dos auditores independentes, correspondentes aos exercícios findos em 31/12/18 e 31/12/17, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Nesta oportunidade a Presidência, a Diretoria e a Administração da Formitex Bahia Indústria e Comércio S/A, expressam os agradecimentos a todos aqueles que de alguma forma contribuíram com a Companhia, possibilitando assim o sucesso da Formitex no mercado nacional, e em especial reconhecemos as contribuições e confiança de nossos participantes, nossos acionistas, nossos clientes, nossos fornecedores, nossos parceiros, nossos funcionários e nossos colaboradores pelo empenho e dedicação. São Paulo, 11/04/2019.

Balancos Patrimoniais		Nota	2018	2017	Balancos Patrimoniais		Nota	2018	2017	Demonstrações dos Resultados		Nota	2018	2017
Ativo/Circulante			11.220	5.288	Passivo e patrimônio líquido/Circulante			18.219	13.551	Receita operacional líquida		20	1.084	-
Caixa e equivalentes de caixa	3		80	549	Empréstimos e financiamentos	10	12.546	7.084	(-) Custo das vendas	21		(3.338)	-	
Contas a receber de clientes	4		40	-	Fornecedores	11	2.338	-	(=) Prejuízo bruto			(2.254)	-	
Estoques	5	1.541	125	-	Obrigações trabalhistas	12	978	539	(+/-) Receitas/(despesas) operacionais			(3.584)	(3.581)	
Tributos a recuperar	6	3.190	3.014	-	Obrigações tributárias	13	242	212	Despesas administrativas e comerciais	22		(3.688)	(1.362)	
Outros créditos	7	1.011	1.576	-	Outras contas a pagar	14	2.115	5.716	Resultado de equivalência patrimonial	2.15		-	(2.258)	
Partes relacionadas	15	5.000	-	-	Não circulante		86.315	89.289	Outras receitas operacionais, líquidas	23		104	39	
Despesas antecipadas	-	358	24	-	Empréstimos e financiamentos	10	40.548	41.089	(=) Prejuízo antes do resultado financeiro			(5.838)	(3.581)	
Não circulante		223.770	182.038	-	Partes relacionadas	15	45.595	7.923	(+/-) Resultado financeiro			(1.330)	82	
Partes relacionadas	15	6.839	131	-	Provisão para demandas judiciais e administrativas	17	19	-	Despesas financeiras	24		(1.657)	(877)	
Depósitos judiciais	17	23	19	-	Obrigações tributárias	13	153	-	Receitas financeiras	25		10	1.078	
Outros créditos	7	150	-	-	Adiantamento para futuro aumento de capital	16	-	40.277	Variações cambiais líquidas	26		317	(119)	
		7.012	150	-	Patrimônio líquido		137.468	84.636	(=) Prejuízo do exercício			(7.168)	(3.499)	
Imobilizado	8	182.770	149.149	-	Capital social	18.1	111.333	96.102	Demonstrações dos Resultados Abrangentes			2018	2017	
Intangível	9	41.000	32.889	-	Reserva de capital	18.2	44.769	-	Prejuízo do exercício			(7.168)	(3.499)	
		230.782	182.188	-	Prejuízos acumulados	-	(18.634)	(11.466)	Outros resultados abrangentes			-	-	
Total do ativo		242.002	187.476	-	Total do passivo e do patrimônio líquido		242.002	187.476	Total de resultados abrangentes do exercício			(7.168)	(3.499)	

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido		Nota	2018	2017	Capital social		Reserva de capital	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016 (não auditado)			116.076	51.184	Integralizado					
Redução de capital por cisão parcial	2.15	(19.974)	-	-					(8.033)	159.227
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-					(3.499)	(19.974)
Realização dos ajustes de avaliação patrimonial (líquido de impostos)	-	-	-	(51.184)					51.184	(3.499)
Baixa de ajuste de avaliação patrimonial (investida)	2.15	-	-	-					(51.118)	(51.118)
Saldos em 31 de dezembro de 2017		96.102	15.231	44.769	Integralizado				(11.466)	84.636
Aumento de capital	18.1	15.231	-	-					-	15.231
Reserva de capital por ação na emissão de ações	18.2	-	44.769	-					-	44.769
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-					(7.168)	(7.168)
Saldos em 31 de dezembro de 2018		111.333	44.769	(18.634)	Integralizado				(18.634)	137.468

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

1. Contexto operacional: 1.1. **Objetivo social:** A Formitex da Bahia Indústria e Comércio S/A, ("Formitex da Bahia" ou "Companhia"), possui sede na Via das Torres, S/N, na Cidade de Candeias, Estado da Bahia. A Companhia tem como atividade preponderante a industrialização e distribuição, comercialização, importação, exportação e beneficiamento de resinas sintéticas, termofixas acrílicas, estireno-acrílicas e PVA, produtos químicos, petroquímicos e derivados de petróleo e solventes, produtor e insumos farmacêuticos e agrícolas, aditivos alimentares, saneantes domissanitários, medicamentos, cosméticos, produtos submetidos a controle especial, produtos veterinários, e outros produtos químicos em geral, participação em empreendimentos próprios e de terceiros, importação e exportação de matérias primas em geral e a prestação de serviços de administração, assessoria em comércio exterior e gerenciamento, representação comercial de empresas nacionais e/ou estrangeiras. A Companhia representa a divisão química do Grupo Formitex ("Grupo"), que é um conglomerado empresarial composto por quatro divisões de negócios (papéis, laminados, química e infraestrutura), com atividades desenvolvidas nas diversas empresas do Grupo. A Companhia está em fase de desenvolvimento de novos produtos, que consiste em 3 segmentos, sendo eles: - Planta de ácido clorídrico e sulfatos, que entrou em operação em janeiro de 2018 e produz ácido clorídrico @33% e sulfatos de potássio e/ou de sódio; - Planta de cloreto de metila, está em estágio avançado de montagem de suas instalações, com previsão de conclusão para maio de 2019, esta planta produzirá cloreto de metila, que é uma das matérias primas do HPMC; - Planta de HPMC, é a principal planta da unidade de negócios, está em estágio avançado de montagem de suas instalações, com conclusão prevista para maio de 2019, esta planta produzirá o hidroxipropilmetilcelulose (HPMC). 2. **Políticas contábeis:** **Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As demonstrações contábeis são elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis são baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Os itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para as demandas judiciais e administrativas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. As demonstrações contábeis foram aprovadas pela diretoria da Companhia em 02 de abril de 2019, considerando, quando aplicável, os eventos subsequentes ocorridos até esta data, que tiveram efeito sobre as divulgações das referidas demonstrações.

Moeda funcional: A moeda funcional da Companhia é o Real. 2.1. **Reconhecimento de receita:** A receita é mensurada pelo valor da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares. A receita operacional é reconhecida quando a obrigação de desempenho é satisfeita, levando em consideração os seguintes indicadores de transferência de controle: (i) a Companhia possui um direito presente de pagamento pelo ativo; (ii) o cliente possui a titularidade legal do ativo; (iii) a Companhia transferiu a posse física do ativo; (iv) o cliente possui os riscos e benefícios significativos da propriedade do ativo; e (v) o cliente aceitou o ativo. 2.2. **Caixa e equivalentes de caixa:** Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. 2.3. **Estoques:** Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição e produção ou valor líquido realizável, dos dois, o menor. Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma: • Matérias-primas: custo médio de aquisição. 2.4. **Imobilizado:** O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição e/ou formação. As depreciações são computadas pelo método linear e reconhecidas no resultado do exercício de acordo com as taxas mencionadas na Nota Explicativa nº 8, e leva em consideração o tempo de vida útil-econômica estimada dos bens. Um item do imobilizado é baixado após a alienação. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou na baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil residual do ativo e são reconhecidos no resultado. As avaliações do valor residual e vida útil são realizadas anualmente e ajustadas de forma prospectiva, quando for o caso. 2.5. **Intangível:** Compostos por softwares registrados de acordo com o CPC 4 - Ativos intangíveis pelo custo de aquisição ou formação, deduzido da amortização e das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (perda no valor recuperável), e gastos com desenvolvimentos de produção e novos produtos (vide nota explicativa 1.1), com amortização a partir do início do processo produtivo. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. 2.6. **Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de "impairment"):** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido de seus principais ativos, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. 2.7. **Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo no momento do recebimento dos recursos. Em seguida, passam a ser mensurados pelo custo amortizado, isto é, acrescido de encargos, juros calculados pela taxa efetiva e variações monetárias e cambiais e amortizações conforme previstos contratualmente, incorridos até a data do balanço. Empréstimos e financiamentos são sujeitos à atualização monetária, segundo os índices contratuais. Os juros incorridos são reconhecidos "pro rata temporis". 2.8. **Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários são sujeitos à avaliação do impacto de ajuste a valor presente no registro inicial da transação, levando em consideração os fluxos de caixa contratuais, a taxa de juros explícita e, em certos casos, implícita, dos respectivos ativos e passivos e as taxas praticadas no mercado para transações semelhantes. Subsequentemente, estes juros são realçados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. 2.9. **Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** A preparação das demonstrações contábeis da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos, na data-base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderiam levar a resultados que requeriam ajustes ao valor contábil do ativo ou passivo, afetado em períodos futuros. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar ajustes relevantes nos valores contábeis de ativos e passivos para os próximos exercícios financeiros, estão contempladas a seguir: a) Vida útil dos ativos imobilizados: Os ativos imobilizados da Companhia são depreciados levando-se em consideração a expectativa de vida útil dos mesmos. Essas expectativas são definidas através de informações fornecidas pelos fornecedores dos equipamentos, conhecimentos técnicos e experiência da equipe interna de engenharia e manutenção. Anualmente a Companhia contrata consultoria especializada para realizar testes nas vidas úteis dos seus principais equipamentos, e quando necessário essas expectativas de durabilidade são corrigidas. Essas avaliações envolvem julgamentos da Administração (nota 8). b) Provisão para processos judiciais e administrativos: Os processos judiciais e administrativos são analisados pela Administração da Companhia em conjunto com seus assessores jurídicos (internos e externos). A Companhia considera em suas análises fatores como hierarquia das leis, jurisprudências disponíveis, decisões mais recentes nos tribunais, sua relevância no ordenamento jurídico e histórico de pagamentos. Essas avaliações envolvem julgamentos da Administração (nota 17). 2.10. **Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes):** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia, e seu custo ou valor, puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial, quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes, quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. 2.11. **Instrumentos financeiros:** A Companhia classifica ativos e passivos financeiros nas seguintes categorias: ao valor justo por meio do resultado ("FVTPL") e ao custo amortizado. i) Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento: A Companhia reconhece os ativos e passivos financeiros quando, e somente quando, se tornar parte das disposições contratuais dos instrumentos. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. ii) Ativos financeiros não derivativos - mensuração: Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir: - o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e - os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes somente se satisfizer ambas as condições a seguir: - o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e - os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto. Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por



continuação como incentivar a produção, produtividade e a qualidade. 2.14. Demonstrações dos fluxos de caixa: As demonstrações dos fluxos de caixa foram elaboradas pelo método indireto partindo das informações contábeis, em conformidade com as instruções contidas no Pronunciamento nº 3 emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC 3 (R2) - Demonstração dos fluxos de caixa.

2.15. Novas normas e práticas contábeis: a) Os pronunciamentos contábeis do IASB abaixo listados foram publicados e/ou revisados e entraram em vigor para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018. CPC 47 (IFRS 15) - Receita de contrato com cliente: A Companhia não identificou impactos relevantes nas demonstrações contábeis em adequação ao CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, uma vez que a receita já era reconhecida quando do cumprimento da obrigação de desempenho. CPC 48 (IFRS 9) - Instrumentos financeiros: A Companhia adotou a norma a partir de 1º de janeiro de 2018 e, considerando as suas transações atuais, não identificou mudanças que tivessem impacto relevante sobre as demonstrações contábeis da Companhia, haja visto que os instrumentos financeiros que mantêm não são complexos e não apresentam risco de impacto em sua mensuração, assim como não apresentam risco de impairment ou de redução de valor de forma significativa em função de expectativa de perdas futuras. b) Alguns novos pronunciamentos contábeis do IASB foram publicados e/ou revisados e têm a sua adoção obrigatória para os períodos iniciados após 31 de dezembro de 2018. Todavia, não foi permitida a adoção antecipada dessas normas, interpretações e alterações de normas: CPC 06 R2 (IFRS 16) - Operações de arrendamento mercantil: Em janeiro de 2016 o IASB emitiu a IFRS 16 - Leasing, com principal objetivo de redefinir o reconhecimento dos arrendamentos mercantis operacionais. O correspondente Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil foi emitido em 21 de dezembro de 2017. A revisão desse pronunciamento contábil terá vigência para exercícios sociais que se iniciarem a partir de 1º de janeiro de 2019. O novo pronunciamento introduz um modelo único para contabilização de contratos de arrendamento mercantil, eliminando a distinção entre arrendamentos operacionais e financeiros, resultando na contabilização da maioria dos contratos de arrendamento nos balanços das arrendatárias. A contabilidade dos arrendadores permanece substancialmente inalterada e a distinção entre contratos de arrendamento operacional e financeiro é mantida. A norma IFRS 16 substitui a norma IAS 17 e suas interpretações. CPC 32 (IFRIC 23) - Incerteza sobre o tratamento de impostos sobre o lucro: Em junho de 2017 o IASB emitiu a IFRIC 23 - Uncertainty over Income Tax Treatments, com o objetivo de clarificar a contabilização quando há incertezas dos impostos sobre o lucro regulamentados pelo IAS 12 - Income Taxes, sendo o correspondente pronunciamento técnico o CPC 32. Este pronunciamento contábil terá vigência para exercícios sociais que se iniciarem a partir de 1º de janeiro de 2019. 2.16. Cisão parcial: A Companhia realizou um processo de cisão parcial em 30 de novembro de 2017, onde ocorreu uma redução do seu capital social no valor de R\$ 19.974, com o cancelamento de 15.424.876 ações ordinárias, nominativas, todas de titularidade da acionista Formitex Empreendimentos e Participações Ltda. Segue demonstração dos valores cisionados da Companhia:

Table with 2 columns: Descrição and R\$ mil. Rows include: Redução de capital social por cisão parcial (19.974), Baixa de ajuste de avaliação patrimonial de investida (51.118), Partes relacionadas - passivo (14.514), Partes relacionadas - ativo (14.514), Baixa do investimento-Formitex Camaçari (avaliação patrimonial investida) (51.118), Baixa do investimento - Formitex Camaçari (19.974).

Table with 2 columns: Descrição and R\$ mil. Rows include: Caixa e equivalentes de caixa (2018: 80, 2017: 549), Contas a receber de clientes (2018: 40, 2017: 40), Estoques (2018: 3.190, 2017: 3.014), Tributos a recuperar (2018: 3.190, 2017: 3.014), Outros créditos (2018: 1.161, 2017: 1.576), Imobilizado (2018: 184.142, 2017: 182.770).

Table with 4 columns: Descrição, Saldo líquido 2017, Adições (+), Depreciação acumulada 2018, Saldo líquido 2018. Rows include: Máquinas e equipamentos, Edifícios, Instalações, Terrenos, Computadores e periféricos, Imobilizado em andamento, Móveis e utensílios, Veículos.

Table with 4 columns: Descrição, Saldo líquido 2017, Adições (+), Depreciação acumulada 2018, Saldo líquido 2018. Rows include: Máquinas e equipamentos, Edifícios, Instalações, Terrenos, Computadores e periféricos, Imobilizado em andamento, Móveis e utensílios, Veículos.

1) A primeira linha de produção da Companhia iniciou as operações de produção e comercialização em janeiro de 2018 e as demais linhas de produção irão entrar em operação durante o primeiro semestre de 2019 (nota 1.1). Em função do início da operação da planta de ACS, os ativos de máquinas, equipamentos, instalações, edificações, e outros, dessa planta, passaram a ser depreciados.

Table with 4 columns: Descrição, Saldo líquido 2017, Adições (+), Depreciação acumulada 2018, Saldo líquido 2018. Rows include: Máquinas e equipamentos, Edifícios, Instalações, Terrenos, Computadores e periféricos, Imobilizado em andamento, Móveis e utensílios, Veículos.

Table with 4 columns: Descrição, Saldo líquido 2017, Adições (+), Depreciação acumulada 2018, Saldo líquido 2018. Rows include: Máquinas e equipamentos, Edifícios, Instalações, Terrenos, Computadores e periféricos, Imobilizado em andamento, Móveis e utensílios, Veículos.

Table with 2 columns: Descrição and Saldo 2018. Rows include: Software (55), Gastos com desenvolvimento de novos produtos (40.945).

Table with 4 columns: Descrição, Saldo 2017, (-)Amor-tização, (+)Adi-cões, Saldo 2018. Rows include: Software (74), Gastos com desenvolvimento de novos produtos (32.815).

Table with 4 columns: Descrição, Saldo 2017, (-)Amor-tização, (+)Adi-cões, Saldo 2018. Rows include: Software (95), Gastos com desenvolvimento de novos produtos (25.526).

Table with 7 columns: Modalidade, Encargo, Amortização, Moeda, Vencimento, Garantia, Saldo 2018, Saldo 2017. Rows include: Finame (6% a.a.), Leasing (1,34% a.m.), BNDES (6,5% a.a.), FUNDESE (6,95% a.a.), Capital de Giro (1,37% a.m. + IOF).

Table with 2 columns: Saldo 2018, Saldo 2017. Rows include: Total não circulante (12.546), Total não circulante (40.548).

Table with 2 columns: Saldo 2018, Saldo 2017. Rows include: 2019 (9.743), 2020 (9.242), 2021 em diante (22.104).

Table with 2 columns: Saldo 2018, Saldo 2017. Rows include: Fornecedores - nacionais (283), Fornecedores - estrangeiros (1) (2.055).

(1) A Administração da Companhia optou por não contratar instrumentos financeiros derivativos de proteção para os saldos em moeda estrangeira existentes com fornecedores internacionais. Dessa forma, a Companhia está exposta a flutuações cambiais que podem afetar seus resultados financeiros futuros.

Table with 2 columns: Saldo 2018, Saldo 2017. Rows include: Provisões sociais e encargos (782), INSS (153), FGTS (43), Outros (2).

Table with 2 columns: Saldo 2018, Saldo 2017. Rows include: Parcelamento de INSS (1) (200), ISS a recolher (11), IRRF a recolher (77), Impostos sobre importação (94), Outros (13).

Table with 2 columns: Saldo 2018, Saldo 2017. Rows include: Energia elétrica (126), Serviços de manutenção (275), Compra de Equipamentos - Imobilizado (914), Compra de materiais para manutenção de equipamentos (510), Aluguéis de equipamentos (36), Fretes a pagar (23), Outros (231).

Table with 2 columns: Saldo 2018, Saldo 2017. Rows include: Energia elétrica, água e esgoto (1.680), Outros (211), Impostos e taxas (5), Combustíveis (16).

Table with 2 columns: Saldo 2018, Saldo 2017. Rows include: Energia elétrica (126), Serviços de manutenção (275), Compra de Equipamentos - Imobilizado (914), Compra de materiais para manutenção de equipamentos (510), Aluguéis de equipamentos (36), Fretes a pagar (23), Outros (231).

Table with 2 columns: Saldo 2018, Saldo 2017. Rows include: Energia elétrica (126), Serviços de manutenção (275), Compra de Equipamentos - Imobilizado (914), Compra de materiais para manutenção de equipamentos (510), Aluguéis de equipamentos (36), Fretes a pagar (23), Outros (231).

Table with 2 columns: Saldo 2018, Saldo 2017. Rows include: Energia elétrica (126), Serviços de manutenção (275), Compra de Equipamentos - Imobilizado (914), Compra de materiais para manutenção de equipamentos (510), Aluguéis de equipamentos (36), Fretes a pagar (23), Outros (231).

Table with 2 columns: Saldo 2018, Saldo 2017. Rows include: Energia elétrica (126), Serviços de manutenção (275), Compra de Equipamentos - Imobilizado (914), Compra de materiais para manutenção de equipamentos (510), Aluguéis de equipamentos (36), Fretes a pagar (23), Outros (231).

Table with 2 columns: Saldo 2018, Saldo 2017. Rows include: Energia elétrica (126), Serviços de manutenção (275), Compra de Equipamentos - Imobilizado (914), Compra de materiais para manutenção de equipamentos (510), Aluguéis de equipamentos (36), Fretes a pagar (23), Outros (231).

Table with 2 columns: Saldo 2018, Saldo 2017. Rows include: Energia elétrica (126), Serviços de manutenção (275), Compra de Equipamentos - Imobilizado (914), Compra de materiais para manutenção de equipamentos (510), Aluguéis de equipamentos (36), Fretes a pagar (23), Outros (231).

Table with 2 columns: Saldo 2018, Saldo 2017. Rows include: Energia elétrica (126), Serviços de manutenção (275), Compra de Equipamentos - Imobilizado (914), Compra de materiais para manutenção de equipamentos (510), Aluguéis de equipamentos (36), Fretes a pagar (23), Outros (231).

Table with 2 columns: Saldo 2018, Saldo 2017. Rows include: Energia elétrica (126), Serviços de manutenção (275), Compra de Equipamentos - Imobilizado (914), Compra de materiais para manutenção de equipamentos (510), Aluguéis de equipamentos (36), Fretes a pagar (23), Outros (231).

Table with 2 columns: Saldo 2018, Saldo 2017. Rows include: Energia elétrica (126), Serviços de manutenção (275), Compra de Equipamentos - Imobilizado (914), Compra de materiais para manutenção de equipamentos (510), Aluguéis de equipamentos (36), Fretes a pagar (23), Outros (231).

Table with 2 columns: Saldo 2018, Saldo 2017. Rows include: Energia elétrica (126), Serviços de manutenção (275), Compra de Equipamentos - Imobilizado (914), Compra de materiais para manutenção de equipamentos (510), Aluguéis de equipamentos (36), Fretes a pagar (23), Outros (231).

Table with 2 columns: Saldo 2018, Saldo 2017. Rows include: Energia elétrica (126), Serviços de manutenção (275), Compra de Equipamentos - Imobilizado (914), Compra de materiais para manutenção de equipamentos (510), Aluguéis de equipamentos (36), Fretes a pagar (23), Outros (231).

Table with 2 columns: Saldo 2018, Saldo 2017. Rows include: Energia elétrica (126), Serviços de manutenção (275), Compra de Equipamentos - Imobilizado (914), Compra de materiais para manutenção de equipamentos (510), Aluguéis de equipamentos (36), Fretes a pagar (23), Outros (231).

Table with 2 columns: Saldo 2018, Saldo 2017. Rows include: Energia elétrica (126), Serviços de manutenção (275), Compra de Equipamentos - Imobilizado (914), Compra de materiais para manutenção de equipamentos (510), Aluguéis de equipamentos (36), Fretes a pagar (23), Outros (231).

judiciais e administrativas: Durante o curso normal de seus negócios, a Companhia está exposta a certos riscos que incluem processos tributários, trabalhistas e cíveis em discussão.

Table with 4 columns: Total, Provável, Possível, Remoto. Rows include: Ações Cíveis (348), Ações Trabalhistas (581), Total (929).

Table with 4 columns: Total, Provável, Possível, Remoto. Rows include: Saldo depósitos judiciais - dez/16 (3), Saldo depósitos judiciais - dez/17 (19), Saldo depósitos judiciais - dez/18 (23).

Table with 4 columns: Total, Provável, Possível, Remoto. Rows include: Saldo depósitos judiciais - dez/16 (3), Saldo depósitos judiciais - dez/17 (19), Saldo depósitos judiciais - dez/18 (23).

Table with 4 columns: Total, Provável, Possível, Remoto. Rows include: Saldo depósitos judiciais - dez/16 (3), Saldo depósitos judiciais - dez/17 (19), Saldo depósitos judiciais - dez/18 (23).

Table with 4 columns: Total, Provável, Possível, Remoto. Rows include: Saldo depósitos judiciais - dez/16 (3), Saldo depósitos judiciais - dez/17 (19), Saldo depósitos judiciais - dez/18 (23).

Table with 4 columns: Total, Provável, Possível, Remoto. Rows include: Saldo depósitos judiciais - dez/16 (3), Saldo depósitos judiciais - dez/17 (19), Saldo depósitos judiciais - dez/18 (23).

Table with 4 columns: Total, Provável, Possível, Remoto. Rows include: Saldo depósitos judiciais - dez/16 (3), Saldo depósitos judiciais - dez/17 (19), Saldo depósitos judiciais - dez/18 (23).

Table with 4 columns: Total, Provável, Possível, Remoto. Rows include: Saldo depósitos judiciais - dez/16 (3), Saldo depósitos judiciais - dez/17 (19), Saldo depósitos judiciais - dez/18 (23).

Table with 4 columns: Total, Provável, Possível, Remoto. Rows include: Saldo depósitos judiciais - dez/16 (3), Saldo depósitos judiciais - dez/17 (19), Saldo depósitos judiciais - dez/18 (23).

Table with 4 columns: Total, Provável, Possível, Remoto. Rows include: Saldo depósitos judiciais - dez/16 (3), Saldo depósitos judiciais - dez/17 (19), Saldo depósitos judiciais - dez/18 (23).

Table with 4 columns: Total, Provável, Possível, Remoto. Rows include: Saldo depósitos judiciais - dez/16 (3), Saldo depósitos judiciais - dez/17 (19), Saldo depósitos judiciais - dez/18 (23).

Table with 4 columns: Total, Provável, Possível, Remoto. Rows include: Saldo depósitos judiciais - dez/16 (3), Saldo depósitos judiciais - dez/17 (19), Saldo depósitos judiciais - dez/18 (23).

Table with 4 columns: Total, Provável, Possível, Remoto. Rows include: Saldo depósitos judiciais - dez/16 (3), Saldo depósitos judiciais - dez/17 (19), Saldo depósitos judiciais - dez/18 (23).

Table with 4 columns: Total, Provável, Possível, Remoto. Rows include: Saldo depósitos judiciais - dez/16 (3), Saldo depósitos judiciais - dez/17 (19), Saldo depósitos judiciais - dez/18 (23).

Table with 4 columns: Total, Provável, Possível, Remoto. Rows include: Saldo depósitos judiciais - dez/16 (3), Saldo depósitos judiciais - dez/17 (19), Saldo depósitos judiciais - dez/18 (23).

Table with 4 columns: Total, Provável, Possível, Remoto. Rows include: Saldo depósitos judiciais - dez/16 (3), Saldo depósitos judiciais - dez/17 (19), Saldo depósitos judiciais - dez/18 (23).

Table with 4 columns: Total, Provável, Possível, Remoto. Rows include: Saldo depósitos judiciais - dez/16 (3), Saldo depósitos judiciais - dez/17 (19), Saldo depósitos judiciais - dez/18 (23).

Table with 4 columns: Total, Provável, Possível, Remoto. Rows include: Saldo depósitos judiciais - dez/16 (3), Saldo depósitos judiciais - dez/17 (19), Saldo depósitos judiciais - dez/18 (23).

Table with 4 columns: Total, Provável, Possível, Remoto. Rows include: Saldo depósitos judiciais - dez/16 (3), Saldo depósitos judiciais - dez/17 (19), Saldo depósitos judiciais - dez/18 (23).

Table with 4 columns: Total, Provável, Possível, Remoto. Rows include: Saldo depósitos judiciais - dez/16 (3), Saldo depósitos judiciais - dez/17 (19), Saldo depósitos judiciais - dez/18 (23).

Table with 4 columns: Total, Provável, Possível, Remoto. Rows include: Saldo depósitos judiciais - dez/16 (3), Saldo depósitos judiciais - dez/17 (19), Saldo depósitos judiciais - dez/18 (23).

Table with 4 columns: Total, Provável, Possível, Remoto. Rows include: Saldo depósitos judiciais - dez/16 (3), Saldo depósitos judiciais - dez/17 (19), Saldo depósitos judiciais - dez/18 (23).

Table with 4 columns: Total, Provável, Possível, Remoto. Rows include: Saldo depósitos judiciais - dez/16 (3), Saldo depósitos judiciais - dez/17 (19), Saldo depósitos judiciais - dez/18 (23).

Table with 4 columns: Total, Provável, Possível, Remoto. Rows include: Saldo depósitos judiciais - dez/16 (3), Saldo depósitos judiciais - dez/17 (19), Saldo depósitos judiciais - dez/18 (23).

Table with 4 columns: Total, Provável, Possível, Remoto. Rows include: Saldo depósitos judiciais - dez/16 (3), Saldo depósitos judiciais - dez/17 (19), Saldo depósitos judiciais - dez/18 (23).

Table with 4 columns: Total, Provável, Possível, Remoto. Rows include: Saldo depósitos judiciais - dez/16 (3), Saldo depósitos judiciais - dez/17 (19), Saldo depósitos judiciais - dez/18 (23).

Table with 4 columns: Total, Provável, Possível, Remoto. Rows include: Saldo depósitos judiciais - dez/16 (3), Saldo depósitos judiciais - dez/17 (19), Saldo depósitos judiciais - dez/18 (23).

Table with 4 columns: Total, Provável, Possível, Remoto. Rows include: Saldo depósitos judiciais - dez/16 (3), Saldo depósitos judiciais - dez/17 (19), Saldo depósitos judiciais - dez/18 (23).

Table with 4 columns: Total, Provável, Possível, Remoto. Rows include: Saldo depósitos judiciais - dez/16 (3), Saldo depósitos judiciais - dez/17 (19), Saldo depósitos judiciais - dez/18 (23).



PROMÉDICA - PROTEÇÃO MÉDICA A EMPRESAS S.A.

CNPJ nº 15.214.919/0001-55

ANS nº 326861

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentamos aos senhores acionistas as demonstrações financeiras de 2018. Evidencia-se que a companhia prossegue em rota firme de melhoria dos seus indicadores em vários aspectos, com relevante aumento de faturamento, mantendo o índice de liquidez compatível com o seu ramo de atividade. Agradecemos aos colaboradores e aos clientes em geral. A Administração, Salvador, 03 de abril de 2019.

Table with 4 main sections: BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017, DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS, DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA, and DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO. Each section contains detailed financial data for 2018 and 2017.

Table titled 'DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO' showing changes in equity components like Capital Social, Reservas, and Lucros for 2018 and 2017.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

1. CONTEXTO OPERACIONAL - A Promédica - Proteção Médica a Empresas foi constituída em 4 de fevereiro de 1969 como sociedade civil, por cotas de responsabilidade limitada. Em 21 de setembro de 2007, através de Assembleia Geral Extraordinária, a Proteção Médica a Empresas transformou-se em sociedade anônima com a denominação de Promédica - Proteção Médica a Empresas S.A. Constituiu objeto da Companhia a operação de planos privados de assistência à saúde, através de meios de execução próprios ou credenciados, e a prestação de serviços hospitalares, médicos, fisioterápicos e laboratoriais, podendo, ainda, participar de outras sociedades e empresas, subscrevendo ações ou cotas. É uma companhia de medicina de grupo, operadora de plano de saúde enquadrada no segmento primário principal, que atua segundo a regulamentação estabelecida pela Lei nº 9.656/98 e legislação complementar. Atualmente a Promédica opera preponderantemente com clientes pessoas jurídicas, através de planos de saúde empresariais, onde os contratos têm prazo determinado e podem ser rescindidos a qualquer momento por qualquer uma das partes, ou ainda por inadimplência, quando esta for superior a um prazo determinado contratualmente. Todavia, por conta do Plano Individual Blue Card, ainda possui cerca de 469 clientes pessoas físicas, cujos contratos são antigos e com prazo indeterminado. A Sociedade é filiada à ABRAMGE - Associação Brasileira de Medicina de Grupo e detém forma possibilita a seus beneficiários o atendimento em todo o território nacional para os casos de urgência e emergência. A Promédica - Proteção Médica a Empresas S/A, vem adotando medidas para ampliar a sua estrutura de serviços próprios e, numa visão de longo prazo, investindo em programas de prevenção de doenças e promoção de saúde, devidamente aprovados pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS. Como resultado desses investimentos espera-se a redução dos índices de sinistralidade a curto, médio e longo prazos. 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 2.1. - Apresentação das demonstrações financeiras - As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76, alterada pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, nas normas estabelecidas pela ANS - Agência Nacional de Saúde Suplementar, nos pronunciamentos, nas orientações e nas interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A demonstração do fluxo de caixa foi elaborada pelo método direto, de acordo com modelo padrão estabelecido pela ANS. 2.2. - Descrição das principais práticas contábeis adotadas pela Companhia - a) Estimativas contábeis - Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Por conseguinte, os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. Determinadas mensurações necessitam do julgamento da Administração no processo de registro de estimativas contábeis. Entre os ativos e passivos significativos que estão sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as contas a receber, os tributos a recuperar, o valor recuperável do ativo imobilizado, provisão para contingências tributárias, trabalhistas e cíveis e provisões técnicas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas, pelo menos, anualmente. b) Apuração do resultado - O resultado do exercício (receitas, custos e despesas), apurado pelo regime de competência, inclui o efeito líquido dos rendimentos, encargos e variações monetárias, a índices contratuais ou legais, incidentes sobre ativos e passivos, bem como, quando aplicável, os efeitos de ajustes de ativos para valores de realização. Apuração do resultado: 1) Receita: O resultado das transações é apurado pelo regime de competência dos exercícios. As contraprestações efetivas são apropriadas à receita considerando-se o período de cobertura do risco, pró-rata-dia, nos contratos com preços pré-estabelecidos. 2) Custos: Os eventos conhecidos ou avisados são apropriados à despesa, considerando-se a data de apresentação da conta médica, do aviso pelos prestadores ou do aviso de beneficiários identificados - ABI, pelo seu valor integral, no primeiro momento da identificação da ocorrência da despesa médica, independentemente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indiretamente por meio de terceiros, ou da análise preliminar das despesas médicas. O fato gerador da despesa é o atendimento ao beneficiário. Naqueles casos em que esse atendimento ocorrer sem o conhecimento da entidade, o reconhecimento da despesa se dá com a constituição da provisão técnica específica (PEONA), nos moldes da regulamentação em vigor. c) Disponível - Incluem saldos de caixa e saldos positivos em conta bancária de livre movimento. d) Aplicações financeiras - As aplicações financeiras para negociação são avaliadas a valor de mercado, e os rendimentos auferidos são reconhecidos no resultado. A Companhia constituiu ativos garantidores com aplicações financeiras vinculadas a provisões técnicas, cuja movimentação segue regras estabelecidas pela ANS. e) Contraprestações pecuniárias a receber - São registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, em contrapartida à: Contraprestações efetivas de operações de planos de assistência à saúde conforme a proporção pro rata dia da cobertura prestada. A provisão para perdas sobre créditos de contraprestação efetiva é constituída sobre valores a receber de beneficiários com títulos vencidos há mais de 90 dias, para planos coletivos, e há mais de 60 dias, para planos individuais. A administração da Companhia revisa periodicamente o critério de constituição para adequá-la à evolução da inadimplência de sua carteira. Os valores eventualmente recebidos antes do período de cobertura estão registrados no passivo circulante, em conta específica de Receita Antecipada de Contraprestações. f) Créditos tributários e previdenciários - Decorrente de crédito de permuta comercial com contratante de plano de saúde, valores a receber de prestadores de serviço decorrentes de pagamentos indevidos e decorrentes de cobrança de adicional de sinistralidade. g) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes - Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido quando a empresa possui uma obrigação legal ou é constituído como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. h) Investimentos - As participações em controladas são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial e os outros investimentos pelo custo de aquisição. i) Imobilizado - O imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear, levando-se em consideração a vida útil estimada dos bens, de acordo com as seguintes taxas: Taxa Anual: 20% para Beneficentários em imóveis de terceiros; 10% para Instalações; 10% para Máquinas e equipamentos; 10% para Móveis e utensílios; 20% para Veículos; 20% para Equipamentos de informática. j) Intangível - Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. Intangíveis gerados internamente são reconhecidos no resultado do período. k) Provisões técnicas - Provisão para eventos ocorridos e não avisados - PEONA - A provisão para eventos ocorridos e não avisados é calculada com base em metodologia atuarial própria, aprovada pela ANS. Constituída para fazer face ao pagamento dos eventos que já tenham ocorrido e que não tenham sido registrados contabilmente pela OPS. Provisão de eventos a liquidar - PESSL - Constituído a partir do faturamento dos serviços prestados pela rede credenciada, em respeito ao regime de competência, reduzida de glosas, para as quais os índices de recuperação pela rede credenciada são irrelevantes. Provisão para remissão - A Provisão para remissão é constituída integralmente, por metodologia atuarial estabelecida pela RN ANS nº 393/2015, no mês de competência do fato gerador do benefício previsto contratualmente, devendo ser suficiente para refletir a despesa assistencial esperada dos beneficiários durante todo o prazo restante do benefício. Provisão para prêmios / contraprestações não ganhas - O cálculo da PPCNG apura a parcela de prêmios/contraprestações não ganhas, relativa ao período de cobertura mensal do risco, sendo formada pelo valor resultante da fórmula abaixo, nos contratos em pré-pagamento, por meio de cálculos individuais dos contratos vigentes na data base de sua constituição: PPCNG = Prêmio/contraprestação mensal x período de risco a decorrer / Período total de cobertura do risco. l) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros - impairment - É reconhecida uma perda por impairment se o valor contabilizado de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupo. Perdas por impairment quando aplicável são reconhecidas no resultado do exercício. A partir de 2008, os valores dos ativos não financeiros são revisados, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por impairment. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 não foram identificados ativos registrados com indicação de perda por impairment. m) Passivos contingentes - São provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como perdas remotas não são provisionados nem divulgados. 3. APLICAÇÕES FINANCEIRAS: Tipo de aplicação Remuneração 2018 2017 Aplicações vinculadas às provisões técnicas Banco Santander S.A. (Fundo de investimento) 100% CDI 5.957.579 5.673.817 Banco Bradesco S.A. 100% do CDI 0,35% a.a. 2.156.319 2.052.316 Banco Safra S.A. 100% do CDI 0,35% a.a. 946.158 915.653 Banco Daycoval S.A. (CDB) 10% 5.341.392 - Banco Santander S.A. 20% 1.507.414 - 15.908.862 8.641.786 Aplicações não vinculadas Banco Daycoval S.A. (CDB) 100% do CDI - 5.068.842 Banco Santander S.A. 100% do CDI - 4.445.303 Banco Bradesco S.A. 100% do CDI 0,35% a.a. 129.296 95.209 Outras 293.312 64.808 22.608 9.674.162 16.331.470 18.315.948



...continuação...



PROMÉDICA - PROTEÇÃO MÉDICA A EMPRESAS S.A.

CNPJ nº 15.214.919/0001-55

ANS nº 326861

4. CRÉDITOS DE OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

Créditos com operações com plano de assistência à saúde	2018	2017
Planos coletivos	17.106.246	19.299.312
Planos individuais - Blue Card	78.526	74.421
Provisão para devedores duvidosos	(1.677.318)	(1.565.710)
Total	15.507.454	17.808.023

5. CRÉDITOS DE OPERAÇÕES ASSISTENCIAIS À SAÚDE NÃO RELACIONADAS COM PLANOS DE SAÚDE

Contas a receber de outros serviços	2018	2017
Serviços medicina ocupacional - CSP/SME/PCMSO	1.796.642	1.222.932
Serviços médicos	187.985	615.347
Serviços de terceirização de mão de obra	317.373	317.373
Serviços laboratório - Datalab	39.979	36.649
Cartões de crédito	70.779	59.627
Clientes TRT	(14)	(14)
Provisão para devedores duvidosos	(6.404)	(3.278)
Total	2.406.340	2.248.636

6. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS - O valor dos tributos a recuperar está composto da seguinte forma:

Circulante	2018	2017
Imposto de renda	2.320.535	3.452.085
Contribuição social	562.070	1.097.244
PIS e COFINS	93.572	91.189
ISS	6.826.351	1.526.660
INSS	1.150.345	-
Total	10.952.873	6.167.178

Não circulante - Realizável a longo prazo	2018	2017
PIS	1.550.289	1.550.289
Total	1.550.289	1.550.289

Imposto de renda e contribuição social - Referem-se, basicamente, às retenções nas notas fiscais emitidas para os clientes - Órgãos Públicos e Privados e sobre os rendimentos de aplicações financeiras.

9. IMOBILIZADO

	2018	2017
Custo	3.461.419	3.461.419
Depreciação acumulada	(3.148.332)	(3.148.332)
Líquido	313.087	313.087

Movimentação do custo do ativo imobilizado durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018:

	Saldo em 31/12/2017	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2018
Móveis e utensílios	3.398.357	64.442	(1.380)	-	3.461.419
Equipamentos	3.061.332	89.805	-	-	3.151.137
Instalações	317.173	-	-	-	317.173
Equipamentos de informática	2.604.314	88.020	-	-	2.692.334
Veículos	94.021	-	-	-	94.021
Outras imobilizações	194.115	36.233	(163.048)	-	67.300
Edificações	13.560.000	-	-	-	13.560.000
Benefetorias em imóveis de terceiros	3.684.335	1.410	-	-	3.685.745
Total	26.913.647	279.910	(164.428)	-	27.029.129

Movimentação da depreciação acumulada durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018:

	Saldo em 31/12/2017	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2018
Móveis e utensílios	(3.012.341)	(137.244)	1.253	-	(3.148.332)
Equipamentos	(2.143.706)	(160.320)	-	-	(2.304.026)
Instalações	(307.733)	(3.308)	-	-	(311.041)
Equipamentos de informática	(1.981.510)	(188.033)	-	-	(2.169.543)
Veículos	(94.021)	-	-	-	(94.021)
Edificações	(1.274.000)	(245.600)	-	-	(1.519.600)
Benefetorias em imóveis de terceiros	(3.188.397)	(218.054)	-	-	(3.406.451)
Total	(12.001.708)	(952.559)	1.253	-	(12.953.014)

Movimentação do custo do ativo imobilizado durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017:

	Saldo em 31/12/2016	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2017
Móveis e utensílios	3.363.103	35.254	-	-	3.398.357
Equipamentos	2.935.660	125.672	-	-	3.061.332
Instalações	317.173	-	-	-	317.173
Equipamentos de informática	2.182.079	423.935	(1.700)	-	2.604.314
Veículos	94.021	-	-	-	94.021
Outras imobilizações	139.766	54.349	-	-	194.115
Edificações	13.560.000	-	-	-	13.560.000
Benefetorias em imóveis de terceiros	3.684.335	-	-	-	3.684.335
Total	26.276.137	639.210	(1.700)	-	26.913.647

Movimentação da depreciação acumulada durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017:

	Saldo em 31/12/2016	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2017
Móveis e utensílios	(2.846.896)	(165.444)	-	-	(3.012.341)
Equipamentos	(1.979.694)	(164.011)	-	-	(2.143.706)
Instalações	(304.425)	(3.308)	-	-	(307.733)
Equipamentos de informática	(1.885.710)	(97.500)	1.700	-	(1.981.510)
Veículos	(91.295)	(2.726)	-	-	(94.021)
Edificações	(1.098.000)	(176.000)	-	-	(1.274.000)
Benefetorias em imóveis de terceiros	(2.880.283)	(308.116)	-	-	(3.188.397)
Total	(11.086.303)	(917.105)	1.700	-	(12.001.708)

A depreciação contabilizada no exercício montou a R\$ 952.559 (em 2017, R\$917.105) sendo apropriada às despesas operacionais. Valor recuperável do ativo imobilizado - De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01- Redução ao Valor Recuperável de Ativos as empresas devem efetuar análises periódicas para verificar o grau de recuperação dos ativos não financeiros. A Administração da Companhia entende que não há necessidade de constituição de provisão com perdas do valor recuperável "impairment" dos bens integrantes do ativo imobilizado. 10. INTANGÍVEL

	2018	2017
Custo	90.066	90.066
Amortização acumulada	(1.718.502)	(1.718.502)
Líquido	225	225

Movimentação do intangível durante os exercícios de 2018 e 2017:

	Saldo em 31/12/2016	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2017
Marcas e patentes	73.691	2.007	-	-	75.698
Software	1.458.246	22.163	-	-	1.480.409
Outros	225	-	-	-	225
Total	1.532.162	24.170	-	-	1.556.332

Movimentação do intangível durante os exercícios de 2017 e 2016:

	Saldo em 31/12/2015	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2016
Marcas e patentes	73.691	2.007	-	-	75.698
Software	1.458.246	22.163	-	-	1.480.409
Outros	225	-	-	-	225
Total	1.532.162	24.170	-	-	1.556.332

PIS e COFINS a recuperar (Circulante) - Referem-se, basicamente, às retenções nas notas fiscais emitidas para os clientes - Órgãos públicos e privados. ISS a recuperar - Referem-se às retenções "a maior" nas notas fiscais emitidas para os clientes - Órgãos Públicos e privados e aquisição de créditos de ISS de terceiros. INSS a recuperar - A Companhia entrou com mandado de segurança objetivando a suspensão da exigibilidade de crédito tributário referente à contribuição previdenciária incidente sobre os valores pagos aos seus empregados relativos aos primeiros quinze dias de afastamento anteriores ao auxílio-doença ou auxílio-acidente, a título de salário-maternidade, férias e respectivo adicional (terço constitucional). PIS a recuperar (Não circulante) - O valor referente ao PIS a recuperar é decorrente do êxito obtido em processo judicial transitado em julgado referente à cobrança indevida desse tributo, entre os exercícios de 1989 e 1995. 7. DEPÓSITOS JUDICIAIS E FISCAIS - Referem-se a depósitos para assegurar discussões judiciais de tributos e contribuições sociais, bem como de reclamações trabalhistas e cíveis, como segue:

	2018	2017
Tributárias	572.080	572.080
Ações trabalhistas	1.294.990	1.185.833
Cível e defesa do consumidor	4.693.577	4.540.029
Total	6.560.647	6.297.942

8. INVESTIMENTOS

	2018	2017
Participações societárias em controladas	32.379.186	31.279.112
Outros investimentos	6.147	6.147
Total	32.385.333	31.285.259

As participações societárias em controladas encontram-se demonstradas da seguinte forma:

Investida	% participação	2018	2017
Bahia Serviços Saúde S.A. - HC	44,95%	3.006.469	3.069.923
Promédica Patrimonial S.A. - Propat	90,40%	29.372.717	28.209.189
Total		32.379.186	31.279.112

Em atendimento à Deliberação CVM nº 553 e o CPC 04 - Ativo Intangível, os gastos com o desenvolvimento ou aquisição de softwares e marcas e patentes, foram transferidos do ativo imobilizado para o ativo intangível. A amortização do exercício montou a R\$88.006 (em 2017, R\$81.067), sendo apropriadas às despesas operacionais. 11. PROVISÕES TÉCNICAS

	2018	2017
Provisão de eventos - SUS ⁽¹⁾	7.317.501	6.585.041
Provisão de eventos a liquidar ⁽²⁾	2.775.004	5.389.829
Prestadores rede contratada	2.775.004	5.389.829
Provisão para eventos ocorridos e não avisados ⁽³⁾	7.976.055	7.043.374
Provisão para remissão ⁽⁴⁾	418.704	300.974
Provisão para contraprestações não ganhas ⁽⁵⁾	214.459	-
Total Circulante	18.701.723	19.319.218
Total Não circulante	3.046.849	2.859.114

12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A PAGAR

Instituição	Taxa média de juros e atualizações	2018	2017
Conta garantida - Banco Safra	-	-	7
Conta garantida - Caixa Econômica Federal	-	198	-
Capital de giro - Banco do Brasil	-	22.297	154.446
Capital de giro - Banco Mercantil	100% do CDI + 1,00% a.m.	1.786.242	2.746.029
Capital de giro - Banco Bradesco	100% do CDI + 0,7921% a.m.	791.806	1.069.737
Capital de giro - Banco Santander	100% do CDI + 0,57% a.m.	862.345	4.141.232
Total Circulante		3.462.888	8.111.451
Total Não circulante		3.462.888	3.746.092

13. TRIBUTOS E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER

	2018	2017
Encargos sociais e trabalhistas		
INSS	1.773.474	638.606
INSS retido de terceiros	368.760	372.990
PRT - Programa de regularização tributária (Previdenciário) ^(a)	232.738	287.010
FGTS	165.041	184.301
INSS - parcelamento ^(b)	69.072	63.758
REFIS da Copa ^(c)	61.757	57.006
Outros	8.267	15.322
Total	2.679.109	1.618.993

Tributos a recolher

ISS retido de terceiros - Salvador	3.300.453	2.457.497
ISS - Outros	1.245.583	718.046
PRT - Programa de regularização tributária ^(a)	332.084	389.208
PIS/COFINS/CSLL retido	514.303	449.933
COFINS	332.673	235.554
IRRF sobre terceiros	207.858	173.199
IRRF sobre salários	193.926	125.613
REFIS da Copa ^(c)	177.141	163.519
IRPJ	106.973	106.973
PIS	121.100	99.950
CSLL	65.202	64.891
Total	6.597.296	4.984.383

Encargos sociais e trabalhistas

PRT - Programa de regularização tributária (Previdenciário) ^(a)	735.480	1.913.398
Refis da Copa ^(c)	565.308	622.314
INSS - parcelamento ^(b)	111.578	175.337
Total	1.412.366	2.711.049

Tributos a recolher

ISS - Retido Salvador	8.351.199	8.350.000
PRT - Programa de regularização tributária ^(a)	1.103.197	2.598.545
REFIS da Copa ^(c)	1.621.031	1.784.497
PIS	260.000	260.000
Total	11.335.427	12.993.042

Total não circulante

a) PRT - Programa de regularização tributária - No exercício de 2017, a companhia protocolou, junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil, termo de opção pelo Programa de regularização tributária - PRT, instituído pela Medida Provisória nº 766/2017. O PRT é o benefício previsto no artigo 3º da Medida Provisória nº 766, de 04 de janeiro de 2017, e regulado pela Portaria PGFN nº 152, de 02 de fevereiro de 2017, que tem por objeto a quitação de débitos da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) inscritos em Dívida Ativa da União até a data de adesão ao programa, de natureza tributária ou não tributária, vencidos até 30 de novembro de 2016. Trata-se de forma de parcelamento para fins de regularização de débitos junto à PGFN. Os contribuintes podem efetuar pagamento da dívida consolidada em até 120 (cento e vinte) parcelas mensais e sucessivas, calculadas observando-se os percentuais mínimos previstos na MP 766/2017. Em 31 de dezembro de 2018, o saldo devedor consolidado era composto da seguinte forma:	12.747.793	15.704.091
--	-------------------	-------------------

Processos	Quantidade de parcelas a pagar	Valor - R\$	Curto prazo	Valor - R\$	Longo prazo	Valor - R\$
PRT - Débitos Previdenciários	104	232.738	735.480	-	-	-
PRT - Demais Débitos RFB	104	332.084	1.103.197	-	-	-
Total		564.822	1.838.677			

b) Encargos sociais e trabalhistas - Em 31 de dezembro de 2018, o saldo devedor era composto da seguinte forma:

Processos	Quantidade de parcelas a pagar	Valor - R\$	Curto prazo	Valor - R\$	Longo prazo	Valor - R\$
617945462	34	69.072	111.578	180.650	-	-
Total		69.072	111.578 </			



...continuação...



PROMÉDICA - PROTEÇÃO MÉDICA A EMPRESAS S.A.

CNPJ nº 15.214.919/0001-55

ANS nº 326861

Exercício de 2018						17. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS		31/12/2017		
	Consulta Médica	Exames	Terapias	Internações	Outros Atendimentos	Total	2018	2017	IRPJ	CSLL
Rede própria	1.597.960	386.207	195.735	692.078	1.189.329	4.061.309	10.189.022	9.336.857	948.643	948.643
Rede contratada	31.576	42.693	2.237	304.846	6.690	388.042	16.721.931	12.444.830		
Total	1.629.536	428.900	197.972	996.924	1.196.019	4.449.351				

Exercício de 2017						17. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS		31/12/2017		
	Consulta Médica	Exames	Terapias	Internações	Outros Atendimentos	Total	2018	2017	IRPJ	CSLL
Rede própria	1.302.071	419.964	85.884	1.353.337	847.330	4.008.586	10.189.022	9.336.857	948.643	948.643
Rede contratada	39.980	69.311	4.471	118.281	20.130	252.173	16.721.931	12.444.830		
Total	1.342.051	480.275	90.355	1.471.618	867.460	4.260.759				

Exercício de 2018						17. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS		31/12/2017		
	Consulta Médica	Exames	Terapias	Internações	Outros Atendimentos	Total	2018	2017	IRPJ	CSLL
Rede própria	109.316	193.728	32.769	2.254.788	1.162.063	3.752.664	10.189.022	9.336.857	948.643	948.643
Rede contratada	67.581	206.908	14.280	322.995	151.444	763.208	16.721.931	12.444.830		
Reembolso	8.958	7.000	1.040	3.235	3.766	23.999	1.454.894	1.825.720	13.984	13.984
Total	185.855	407.636	48.089	2.581.018	1.317.273	4.539.871			21.960	21.960

Exercício de 2017						17. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS		31/12/2017		
	Consulta Médica	Exames	Terapias	Internações	Outros Atendimentos	Total	2018	2017	IRPJ	CSLL
Rede própria	154.613	331.758	39.172	1.695.237	1.361.932	3.582.712	10.189.022	9.336.857	948.643	948.643
Rede contratada	97.531	255.621	14.628	983.287	150.826	1.501.893	16.721.931	12.444.830		
Reembolso	2.890	1.560	415	5.963	291	11.119	1.104.019	1.023.646	380.725	380.725
Total	255.034	588.939	54.215	2.684.487	1.513.049	5.095.724				

Exercício de 2018						17. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS		31/12/2017		
	Consulta Médica	Exames	Terapias	Internações	Outros Atendimentos	Total	2018	2017	IRPJ	CSLL
Rede própria	13.424.070	23.197.830	2.381.330	71.847.016	34.875.613	145.725.859	10.189.022	9.336.857	948.643	948.643
Rede contratada	6.943.073	17.712.638	1.881.925	45.079.562	14.518.449	86.135.647	16.721.931	12.444.830		
Reembolso	398.064	311.689	180.279	106.345	313.352	1.309.729	1.454.894	1.825.720	13.984	13.984
Total	20.765.207	41.222.157	4.443.534	117.032.923	49.707.414	233.171.235			21.960	21.960

Exercício de 2017						17. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS		31/12/2017		
	Consulta Médica	Exames	Terapias	Internações	Outros Atendimentos	Total	2018	2017	IRPJ	CSLL
Rede própria	11.530.579	21.798.927	1.972.863	41.421.048	23.583.816	100.307.233	10.189.022	9.336.857	948.643	948.643
Rede contratada	5.082.882	13.252.745	1.023.098	26.231.835	9.585.658	55.176.218	16.721.931	12.444.830		
Reembolso	231.396	179.205	162.270	58.191	87.678	718.740	1.454.894	1.825.720	13.984	13.984
Total	16.844.857	35.230.877	3.158.231	67.711.074	33.257.152	156.202.191				

DIRETORIA
TEREZA RITA LEONY VALENTE – Presidente
JORGE ANTONIO DUARTE OLIVEIRA – Diretor Adm. Financeiro
José Valter Carvalho de Souza – Contador – CRC/BA 7.850/O-6

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas da **PROMÉDICA - PROTEÇÃO MÉDICA A EMPRESAS S.A.**, Salvador - Bahia.

Opinião – Examinamos as demonstrações contábeis da **PROMÉDICA - PROTEÇÃO MÉDICA A EMPRESAS S.A.**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **PROMÉDICA - PROTEÇÃO MÉDICA A EMPRESAS S.A.**, em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Base para opinião – Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas (padrões) brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria – Principais assuntos de auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Provisão para demandas judiciais – De acordo com a NBC TG 25 — Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, a Operadora registra provisão com base em avaliação e qualificação dos riscos cuja probabilidade de perda é considerada provável. Esta avaliação é suportada pelo julgamento da Administração, juntamente com seus assessores jurídicos, considerando as jurisprudências, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, a experiência da Administração e dos assessores jurídicos, bem como outros aspectos aplicáveis, sendo que os processos com expectativa de perda provável são apenas divulgados em nota explicativa. Em 31 de dezembro de 2018 a Operadora apresenta nos registros o montante de R\$ 311.187,08 referente à provisão para demandas judiciais de processos com probabilidade de perda "provável", e divulga em nota explicativa o valor de R\$ 545.000,00 relativos a processos com probabilidade de perda "possível", para os quais não há provisão registrada contabilmente. Este assunto está divulgado na Nota Explicativa nº 14 das demonstrações contábeis. Esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria devido os valores envolvidos e o grau do julgamento que precisou ser exercido pela Administração da Operadora para a determinação do que deve ser registrada como provisão e o valor em relação aos processos com prognóstico de perda possível. Tudo pela complexidade do próprio julgamentos no ambiente de eventos probabilístico. A avaliação dos processos quanto ao seu valor e probabilidade de desembolso financeiro inclui o grau de julgamento por parte da Administração e de seus assessores jurídicos externos.

Como nossa auditoria tratou o assunto: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o envio de cartas de confirmação aos advogados externos na data-base de 31 de dezembro de 2018, obtenção de opiniões legais dos assessores jurídicos externos da Operadora relacionados a assuntos mais complexos, bem como a discussão junto aos assessores legais internos, sobre as causas em aberto, realizando cruzamento entre os relatórios de contingências, as respostas das cartas de circularização e valores dos depósitos judiciais para assegurar discussões judiciais. Adicionalmente, verificamos as movimentações dos valores dos depósitos judiciais relacionados as demandas, analisando as mudanças de prognóstico dos registros anteriores e a razoabilidade. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, considerando o uso de certas estimativas e do exercício de julgamento da Administração, e levando em conta a experiência histórica das premissas e estimativas utilizadas no decorrer dos tempos, os valores envolvidos são razoáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto, que inclui os valores divulgados na nota explicativa 07. Dessa forma a respectiva divulgação na nota explicativa 14, incluindo expectativas de eventos futuros e a complexidade do ambiente jurídico, os valores são aceitáveis nas estimativas e julgamentos. Estimativas que podem ser distintos dos planejados em função de possíveis e naturais diferenças nas variáveis dos eventos probabilísticos, premissas ou condições atuais usadas nas estimativas, que por sua natureza os fatos, aplicáveis, não são integralmente sob controle da Operadora. **Ênfase** – Insuficiência da Margem de Solvência. A Margem de Solvência, requerida pelo órgão regulador das Operadoras de Plano de Saúde, é o valor do capital que deve ser suficiente para contrabalançar os diversos riscos que podem afetar negativamente os resultados das operadoras. A Margem de Solvência determina que o patrimônio líquido ajustado deva ser superior a 20% das contraprestações líquidas dos últimos doze meses, sendo 100% para as contraprestações da modalidade preestabelecido e 50% para a modalidade pós-estabelecido, ou 33% da média anual dos eventos indenizáveis líquidos dos últimos 36 meses, sendo 100% dos eventos/sinistros da modalidade preestabelecido e 50% para a modalidade pós-estabelecido, o maior dos dois. Chamamos a atenção sobre o processo da adequação da margem de solvência, a qual essa margem de solvência, exigida pela ANS, é de R\$45.887.328,61, porém em 31 de dezembro de 2018 encontra-se insuficiente em R\$4.722.221,33. Os ativos garantidores, Patrimônio Mínimo Ajustado (PMA) e o capital circulante líquido estão de acordo com o exigido pela ANS. Quanto ao processo de constituição da Margem de Solvência, está sendo adequada conforme Termo de Adequação Econômica Financeira assinada perante a ANS no qual a operadora vem cumprindo o estipulado. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor – A Administração da Entidade é responsável por essas e outras informações que compreendem o Relatório da Administração, o Relatório de Controles Internos, e o Relatório de Ouvidoria. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrangem os relatórios citados e não expressamos qualquer conclusão de auditoria sobre esses relatórios. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis nossa responsabilidade é a de ler esses relatórios e, ao fazê-lo, considerar se esses relatórios estão, de forma relevante, inconsistentes com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há uma distorção relevante nos relatórios citados somos obrigados a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis – A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Complementar (ANS), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis** – Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fortaleza, 18 de março de 2019. **SISTEMA AUDITORES INDEPENDENTES** – CNPJ - 07.326.762/0001-21 – CRC-CE 195/0. Francisco Célio Marques Gomes – Sócio-Diretor – CRC-CE 7984.



Serviços Gráficos:
71 3116-2837/2838



Acesse nosso site:
www.egba.ba.gov.br

BM LOGÍSTICA COMÉRCIO E SERVIÇOS S.A.					
CNPJ: 00.173.342/0001-03					
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2018					
Balancos patrimoniais - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 - (Em milhares de reais)					
	2018	2017	2018	2017	
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	58	68	15.985	25.408	
Contas a receber	44.843	4.340	-	-	
Tributos a recuperar	214	39	268	612	
Estoques	-	213	86	913	
Valores a receber de partes relacionadas	4.028	11.424	103	108	
Outros ativos circulantes	657	353	93	151	
Total do ativo circulante	49.800	16.437	47.933	1.786	
Não circulante					
Valores a receber de partes relacionadas	3.941	3.752	213	304	
Depósitos judiciais	1.034	699	4.660	4.606	
Tributos a recuperar	-	299	-	-	
Tributos diferidos	2.992	2.261	4.297	4.073	
Propriedade Investimentos	15.468	15.308	9.170	8.983	
Imobilizado	535	627	-	-	
Intangível	43	107	3.000	3.000	
Total do ativo não circulante	24.013	23.053	(2.825)	(1.471)	
Total do ativo	73.813	39.490	73.813	39.490	
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Fornecedores	-	-	15.985	25.408	
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	
Obrigações sociais e trabalhistas	-	-	268	612	
Obrigações tributárias	-	-	86	913	
Parcelamento de débitos tributários	-	-	103	108	
Valores a pagar a partes relacionadas	-	-	93	151	
Outras contas a pagar	-	-	47.933	1.786	
Total do passivo circulante			64.468	28.978	
Não circulante					
Parcelamento de débitos tributários	-	-	213	304	
Tributos Diferidos	-	-	4.660	4.606	
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	-	-	4.297	4.073	
Total do passivo não circulante			9.170	8.983	
Patrimônio líquido					
Capital social	-	-	3.000	3.000	
Prejuízos acumulados	-	-	(2.825)	(1.471)	
Total do patrimônio líquido			175	1.529	
Total do passivo e patrimônio líquido			73.813	39.490	
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)					
	Capital social	Reserva Legal	Reservas de Lucros	Prejuízos Acumulados	Total
			Retenção de Lucros		
Saldos em 01 de janeiro de 2017	3.000	0	0	(12.705)	(9.706)
Prejuízo do exercício	-	-	-	11.235	11.235
Saldos em 31 de dezembro de 2017	3.000	0	0	(1.470)	1.529
Lucro do exercício	-	-	-	(1.355)	(1.355)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	3.000	0	0	(2.825)	175
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS					
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto prejuízo básico e diluído por ação apresentado em reais)					
	2018	2017			
Receita operacional líquida	21.688	51.193			
Custo dos produtos e serviços vendidos	(14.963)	(31.506)			
Lucro bruto	6.725	19.687			
Despesas operacionais					
Comerciais	(5.854)	(8.079)			
Gerais e administrativas	(1.991)	(5.375)			
Honorários dos administradores	(140)	(142)			
Outras despesas operacionais, líquidas	192	12.559			
	(7.793)	(1.037)			
Receitas financeiras	191	299			
Despesas financeiras	(958)	(1.841)			
	(767)	(1.542)			
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(1.835)	17.108			
Imposto de renda e contribuição social - correntes	-	(1.198)			
Imposto de renda e contribuição social - diferido	480	(4.675)			
	480	(5.873)			
Prejuízo do exercício	(1.355)	11.235			
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 - (Em milhares de reais)					
	2018	2017			
Lucro (prejuízo) do exercício	(1.355)	11.235			
Outros resultados abrangentes	-	-			
Total dos resultados abrangentes do exercício, líquido dos impostos	(1.355)	11.235			
Notas Explicativas					
1. Contexto Operacional: A BM Logística Comércio e Serviços S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 09 de fevereiro de 1994, com sede na cidade do Rio de Janeiro e que tem por objeto a distribuição de cartões de recarga e chips de celular assim como a prestação de serviço de recarga virtual. 2. Apresentação das demonstrações financeiras: A Administração da Companhia autorizou a conclusão da preparação destas demonstrações financeiras em 22 de março de 2019. As demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). 3. Principais práticas contábeis: As principais práticas contábeis adotadas para elaboração das demonstrações financeiras foram: a) Apuração do resultado: As receitas são reconhecidas no momento da efetiva realização da recarga virtual, entrega da mercadoria (cartão de recarga ou chip) ou prestação dos serviços. As controladas atuam como agente, sendo a receita reconhecida numa base líquida, que reflete a comissão recebida das operadoras. Além disso, devem ser satisfeitos os critérios de reconhecimento específicos para que as receitas sejam reconhecidas. As demais receitas, despesas e custos são reconhecidos quando incorridos e/ou realizados de acordo com o regime de competência. O resultado inclui os rendimentos, os encargos e as variações monetárias, a índices e taxas oficiais, incidentes sobre os ativos e passivos circulantes e não circulantes e, quando aplicável, os efeitos de ajustes de ativos para o valor de mercado ou de sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização. As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na rubrica de receitas/despesas financeiras. b) Instrumentos financeiros: Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia e suas controladas se tornam parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros em: (i) ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado; (ii) mantidos até o vencimento; (iii) empréstimos (concedidos) e recebíveis; (iv) disponível para venda; e (v) outros passivos financeiros. Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas são: caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, conta caução, contas a receber e valores a receber de partes relacionadas. Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas são: fornecedores, empréstimos e financiamentos e valores a pagar a partes relacionadas. c) Contas a receber de clientes: Representa os serviços prestados até a data dos balanços patrimoniais e são apresentados de acordo com os valores de realização. A provisão para devedores duvidosos é constituída com base no histórico de perdas, em montante considerado suficiente pela Administração para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa conforme mencionado na Nota 9. d) Estoques: Estão avaliados ao custo médio de aquisição, que não excede o seu valor de mercado. São apropriados ao resultado do período/exercício como custo dos serviços prestados ou mercadoria vendida por ocasião da venda ou obsolescência. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. e) Demonstrações					

PETRORECÔNCAVO S.A.
CNPJ/MF: 03.342.704/0001-30
NIRE 293.000.241-71

AVISO AOS ACIONISTAS

O Conselho de Administração da PETRORECÔNCAVO S.A. ("Companhia") comunica aos Acionistas sobre a aprovação, pelo Conselho de Administração da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, à assinatura dos contratos definitivos com a sociedade controlada da Companhia denominada POTIGUAR E&P S.A., razão pela qual até 8.349.000 (oito milhões, trezentas e quarenta e nove mil) ações ordinárias e até 90.922 (noventa mil, novecentas e vinte e duas) ações preferenciais de emissão da Companhia poderão ser subscritas pelos acionistas em até 30 (trinta) dias a contar desta data, mediante o exercício de seu direito de preferência no aumento de capital da Companhia deliberado na Assembleia Geral Extraordinária ocorrida em 25.03.2019, conforme as condições a seguir: (i) **Direito de Preferência:** Na proporção do número de ações que possuírem, os acionistas terão preferência para a subscrição do aumento de capital. (ii) **Forma de Integralização:** As ações subscritas deverão ser integralizadas em moeda corrente nacional em até 5 (cinco) dias úteis contados da subscrição, mediante transferência bancária para a conta da Companhia no Banco Itaú Unibanco S.A., agência nº 0334, conta corrente nº 76094-9. (iii) **Direitos e Vantagens:** As ações subscritas terão os mesmos direitos e vantagens atribuídos às demais ações de mesma espécie. (iv) **Procedimento para Subscrição:** Os interessados no exercício do direito de preferência deverão dirigir-se à sede da Companhia – localizada na Cidade de Mata de São João, Estado da Bahia, na Estrada do Vinte Mil, km 3,5, Estação São Roque (parte) para a subscrição das ações, a ser realizada mediante assinatura do boletim de subscrição correspondente. A celebração do boletim de subscrição representará a manifestação de vontade irrevogável, irretroatável e incondicional do acionista subscritor de subscrever as ações identificadas no respectivo boletim de subscrição, bem como a correspondente obrigação de integralizá-las, na forma prevista no item (ii). (v) **Procedimento para Subscrição de Sobras:** Respeitado o disposto no Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia, os subscritores que tenham interesse na reserva de eventuais sobras deverão manifestar, no boletim de subscrição, seu pedido firme de subscrição de sobras, dentro dos limites de cada um dos dois blocos de controle, a fim de manter o equilíbrio político-econômico previsto no Acordo de Acionistas. O acionista subscritor deverá estipular a quantidade máxima de ações que pretenda subscrever a título de sobras. A parcela das novas ações que não forem subscritas na primeira rodada de subscrições em decorrência do não exercício de direito de preferência por determinado(s) acionista(s), serão rateadas entre os acionistas subscritores que pediram reservas de sobras, respeitados os limites já estabelecidos neste item. Mata de São João/BA, 25 de abril de 2019. Eduardo Cintra Santos - Presidente do Conselho de Administração

XILOLITE

XILOLITE S/A
CNPJ/MF nº 62.477.088/0001-94
NIRE 29.300.017.426

Empresa Beneficiária dos Incentivos Fiscais do Nordeste - FINOR

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Ficam convocados os acionistas da Xilolite S/A ("Companhia") para reunirem-se no dia 30 de abril de 2019, às 10 horas, na sede social da Companhia, localizada na Fazenda Olho D'Água dos Coqueiros, Rodovia BA – 148, Km 11,5, na cidade de Brumado, Estado da Bahia, para: **I – em Assembleia Geral Ordinária:** a) examinar, discutir e votar os Relatórios da Administração, as Demonstrações Financeiras e Parecer dos Auditores independentes referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2018; b) deliberar sobre a destinação do lucro líquido e eventual distribuição de dividendos; c) deliberar sobre a instalação do Conselho Fiscal para atuar no exercício social em curso e, caso instalado, eleger seus membros e respectivos suplentes, além de fixar a remuneração global; d) fixar o valor da remuneração global anual a ser paga aos membros da Diretoria, do Conselho de Administração e do Conselho Consultivo; **II – em Assembleia Geral Extraordinária:** e) deliberar sobre a recomposição de parte da Reserva de Incentivos Fiscais utilizada para absorver prejuízos acumulados; f) deliberar sobre a destinação dos valores auferidos em razão dos incentivos fiscais recebidos pela Companhia para a Reserva de Incentivos, nos termos do art. 195-A da Lei 6.404/76. Brumado, 15 de abril de 2019. João Alfredo Camargo - Presidente do Conselho de Administração.

Certificação Digital

Garante a autenticidade e não-repúdio nas transações eletrônicas.

Contato:
71 3116-2137

Empresa Gráfica da Bahia

www.egba.ba.gov.br